



TRIBUNAL DE CONTAS
DO DISTRITO FEDERAL

Informativo
Inovações Legislativas nº 11/2018

16 a 27 de julho de 2018

Este Boletim destina-se a divulgar normas que possuem pertinência com as áreas de atuação do TCDF, em auxílio às suas unidades técnicas e aos seus jurisdicionados.

O texto apresentado apenas introduz o leitor, de maneira sucinta, ao objeto da norma e, para facilitar a compreensão, alguns trechos foram editados por este Serviço de Jurisprudência, não se traduzindo, pois, em repositório oficial. Para inteiro teor da norma, acesse o atalho eletrônico disponibilizado.

Serviço de Jurisprudência
jurisprudencia@tc.df.gov.br

Sumário

DISTRITO FEDERAL

1. *GESTÃO TERRITORIAL. COMPENSAÇÃO URBANÍSTICA. PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DO DISTRITO FEDERAL – PDOT.*
2. *EVENTOS CULTURAIS. COTA MÍNIMA DE ARTISTAS LOCAIS EM EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA DO DISTRITO FEDERAL.*
3. *LICITAÇÃO E CONTRATO. PROGRAMA DE INTEGRIDADE NAS EMPRESAS QUE CONTRATAREM COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.*
4. *GESTÃO FINANCEIRA. TRIBUTÁRIO. SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL – SIAR/DF. CONTRATAÇÃO E CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E OUTRAS RECEITAS.*
5. *PESSOAL. REMUNERAÇÃO. DEVOLUÇÃO DE SERVIDOR-CEDIDO. TETO REMUNERATÓRIO.*
6. *LICITAÇÃO E CONTRATO. TRAMITAÇÃO, PUBLICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PROCESSOS DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS DO DISTRITO FEDERAL REFERENTES À LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONVITE E ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.*

UNIÃO

1. *LICITAÇÃO E CONTRATO. POLÍTICA NACIONAL DO TRABALHO NO ÂMBITO DO SISTEMA PRISIONAL – PNAT. OBRIGATORIEDADE DE EMPREGO DE MÃO DE OBRA FORMADA POR PESSOAS PRESAS OU EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DE ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL.*



Tribunal de Contas do Distrito Federal

VENDA PROIBIDA. Informativo disponível em <http://www.tc.df.gov.br/web/tcdf1/decisoes-tcdf-boletim>

DISTRITO FEDERAL

1. *GESTÃO TERRITORIAL. COMPENSAÇÃO URBANÍSTICA. PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DO DISTRITO FEDERAL – PDOT.*

LEI COMPLEMENTAR Nº 940, DE 12 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre o instrumento da compensação urbanística para fins urbanos previsto no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências.

(DODF 24.07.2018)

2. *EVENTOS CULTURAIS. COTA MÍNIMA DE ARTISTAS LOCAIS EM EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA DO DISTRITO FEDERAL.*

LEI Nº 6.182, DE 18 DE JULHO DE 2018

Altera a [Lei nº 4.326](#), de 22 de maio de 2009, que assegura a participação de artistas locais em eventos artísticos e culturais promovidos ou patrocinados por órgãos e entidades integrantes da Administração Direta ou Indireta do Distrito Federal e dá outras providências.

(DODF 19.07.2018)

3. *LICITAÇÃO E CONTRATO. PROGRAMA DE INTEGRIDADE NAS EMPRESAS QUE CONTRATAREM COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.*

LEI Nº 6.176, DE 16 DE JULHO DE 2018

Altera a [Lei nº 6.112](#), de 2 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Distrito Federal, em todas esferas de Poder, e dá outras providências.

“Art. 4º O Programa de Integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria, controle e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública do Distrito Federal”.

(DODF 17.07.2018)

4. *GESTÃO FINANCEIRA. TRIBUTÁRIO. SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL – SIAR/DF. CONTRATAÇÃO E CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E OUTRAS RECEITAS.*

DECRETO Nº 39.254, DE 25 DE JULHO DE 2018

Altera o [Decreto nº 36.549](#), de 15 de junho de 2015, que dispõe sobre o credenciamento e a contratação de instituições financeiras para integrar o Sistema de Arrecadação de Receitas Públicas do Distrito Federal (SIAR/DF) e dá outras providências.

(DODF 26.07.2018)

5. *PESSOAL. REMUNERAÇÃO. DEVOLUÇÃO DE SERVIDOR-CEDIDO. TETO REMUNERATÓRIO.*

DECRETO Nº 39.252, DE 24 DE JULHO DE 2018

Altera a redação do art. 23 do [Decreto nº 39.009/2018](#) que regulamenta a cessão e a disposição de servidores de que trata a [Lei Complementar nº 840/2011](#) em seus artigos 152 a 157 e dá outras providências.

(DODF 25.07.2018)



6. LICITAÇÃO E CONTRATO. TRAMITAÇÃO, PUBLICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PROCESSOS DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS DO DISTRITO FEDERAL REFERENTES À LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONVITE E ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

PORTARIA Nº 68. DE 18 DE JULHO DE 2018

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

Institui procedimentos de tramitação, publicação e fiscalização de processos das Administrações Regionais do Distrito Federal referentes a licitação na modalidade convite e adesão a Ata de Registro de Preços.

(DODF 20.07.2018)

UNIÃO

1. LICITAÇÃO E CONTRATO. POLÍTICA NACIONAL DO TRABALHO NO ÂMBITO DO SISTEMA PRISIONAL – PNAT. OBRIGATORIEDADE DE EMPREGO DE MÃO DE OBRA FORMADA POR PESSOAS PRESAS OU EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DE ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL.

DECRETO Nº 9.450, DE 24 DE JULHO DE 2018

Institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional, voltada à ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, ao empreendedorismo e à formação profissional das pessoas presas e egressas do sistema prisional, e regulamenta o § 5º do art. 40 da [Lei nº 8.666](#), de 21 de junho de 1993, que regulamenta o disposto no inciso XXI do caput do art. 37 da [Constituição](#) e institui normas para licitações e contratos da administração pública firmados pelo Poder Executivo federal.

(DOU 25. 07.2018)



Tribunal de Contas do Distrito Federal

VENDA PROIBIDA. Informativo disponível em <http://www.tc.df.gov.br/web/tcdf1/decisooes-tcdf-boletim>